PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: AUTOCRÍTICA, QUESTÕES E DESAFIOS[1]

Wallace da Costa Brito[2]

Resumo: O artigo aborda a importante relação entre psicologia e direitos humanos, tendo por objetivo provocar reflexões e incitar o debate sobre tão relevante temática. Direciona-se, sobretudo, aos psicólogos e estudantes de psicologia, organizando-se a partir de três aspectos: autocrítica, questões e desafios. O referencial teórico no qual se embasa é a Teoria Crítica da Sociedade (Escola de Frankfurt). Assinala certo conceito e entendimento ainda intimista da psicologia em prejuízo de sua compreensão e condução como saber e prática potencialmente transformadores em dupla dimensão: social e individual. Argumenta que, como ciência e profissão envolvida com os direitos humanos e neles implicada, convém concretizar-se e ampliar-se como saber e prática em sentido crítico-transformador, o que requer compromisso ético-político e teórico-metodológico.

Palavras-chave: Psicologia. Direitos Humanos. Teoria Crítica. Prática Profissional. Ética.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,
que já têm a forma do nosso corpo
e esquecer os nossos caminhos,
que nos levam sempre para os mesmos lugares.
É o tempo da travessia
e, se não ousarmos fazê-la,
teremos ficado, para sempre
à margem de nós mesmos.
(Fernando Teixeira de Andrade, s/d, poema Medo: o maior gigante da alma).

INTRODUÇÃO

[1] Artigo escrito com a orientação do professor **Diogo Cesar Nunes da Silva**, historiador; mestre e doutorando em Psicologia Social (UERJ); coordenador do Grupo de Estudos "Teoria Crítica & Subjetividade" (UNIABEU); membro do Grupo de Pesquisa "Subjetividade, Narrativas, Imagens" (UERJ / CNPq). Surgido a partir de um pequeno texto elaborado para apresentação na abertura da I Semana de Psicologia promovida pela UNIABEU Centro Universitário, Campus Belford Roxo/RJ, evento acadêmico realizado de 16 a 18 de setembro de 2013. Esta versão, revisada e ampliada, retoma a discussão ali iniciada. Escrito este inserido no contexto do Projeto de Pesquisa (Iniciação Científica), que funcionou no período entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, pela UNIABEU com o tema: **"Tempo e Mal-Estar na Contemporaneidade: Tédio, Monotonia e Reificação"**. Projeto este coordenado e orientado pelo mesmo professor; vinculado ao curso de graduação em Psicologia e ao Grupo de Estudos "Teoria Crítica & Subjetividade", que reúne alunos da graduação em Psicologia de diversos períodos, como ligada também ao Grupo de Pesquisa liderado pela professora Ariane P. Ewald (UERJ), "Subjetividade, Narrativas, Imagens" (CNPq). Durante esta iniciação científica tivemos como objetivos: 1- realizar um estudo teórico do referencial conceitual da Teoria Crítica da Sociedade; 2- identificar os desafios da constituição do sujeito no mundo contemporâneo, tomando como eixo a relação entre temporalidade e subjetividade.

[2] **Wallace da Costa Brito**, mestrando em Psicologia (UFRRJ, 2015-); psicólogo (UNIABEU Centro Universitário, 2014); participante do Grupo de Estudos de Filosofia, coordenado pelo professor Dr. William José Batista, Centro Loyola de Fé e Cultura, PUC/RJ; membro do Movimento Popular: Comitê Baixada Fluminense da Iniciativa Popular pela Reforma do Sistema Político**.**

O artigo aborda a importante relação entre psicologia e direitos humanos. Trata-se de um estudo despretensioso no que diz respeito ao esgotamento de tão complexo assunto. Assim sendo, seu intento consiste em provocar reflexões e incitar o debate sobre esta relevante temática, bem como sobre as consequências teóricas e práticas daí decorrentes.

O foco de análise está no posicionamento e atuação da psicologia frente ao assunto, aqui problematizado, propondo com isso um pensamento crítico sobre tal relação. Por este motivo, levanta algumas questões e aponta para a necessária atenção frente aos impasses e desafios daí insurgentes. Deste modo, não aprofunda a conceituação de direitos humanos nem toca nos desdobramentos históricos que o termo ganhou, embora seja oportuno mencionar, como segue, algumas importantes referências acerca do assunto.

Antes de tudo, vale lembrar que foi em 10 de dezembro de 1948, três anos após o término da Segunda Guerra Mundial, que a Organização das Nações Unidas (ONU), reunida em Assembleia Geral, realizada na capital francesa, anuncia a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Documento este que é considerado um marco, tendo contado, em sua elaboração, com a contribuição de distintos emissários das mais diversas regiões do planeta. Sua meta foi ousada: tornar-se um princípio referencial comum a ser almejado e alcançado por todas as nações, constituindo, assim, a proteção universal aos direitos humanos (ONU, 1948).

Em seu preâmbulo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos elenca algumas considerações acerca das motivações para sua existência. Dentre essas, destacam-se o necessário reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos, à igualdade de direitos e à liberdade como bem inalienável; como também o valor da justiça e da paz em dimensões mundiais. Ao atentar-se para a barbárie fruto do desprezo e do desrespeito aos humanos direitos, almejou-se que, doravante, o mundo pudesse ser marcado por liberdade de expressão, de crença etc. como aspirações próprias de todo ser humano (ONU, 1948, p. 3).

No Brasil, alguns profissionais da psicologia engajados na reflexão e ação em favor dos direitos humanos, como é o caso de Maria Victoria Benevides (2007), comenta serem estes direitos ordinários a todos, tendo por base o direito à vida sem diferenciações nacionais, geográficas, étnicas, sexuais, religiosas, políticas, etárias, socioeconômicas etc., decorrentes do necessário peso da dignidade inerente a todo ser humano.

Desse mesmo lugar, escrevem as psicólogas Ana Bock e Mônica Gianfaldoni (2010, p 98) que tais direitos abrangem aspectos múltiplos como, por exemplo, o direito à vida e às

liberdades civis. E mais, os direitos culturais, socioeconômicos e políticos, exemplificados como acesso à educação, à saúde, à habitação. Direito, também, à paz e à autodeterminação dos povos, à preservação da natureza, dentre outros.

Feito este brevíssimo recorte histórico, é importante deixar claro que este trabalho é direcionado, sobretudo, aos psicólogos e estudantes de psicologia, em seus saberes e práticas, que, promovidos com base em pressupostos teórico-metodológicos diversos, necessitam, muitas vezes, passar por exame crítico.

Seguindo por esta diretriz, estas breves linhas se desenvolvem a partir de três aspectos, aqui designados como: autocrítica, questões e desafios. O primeiro assinala lacunas, dificuldades e deficiências históricas quanto ao posicionamento da psicologia frente aos direitos humanos. A partir daí, o segundo levanta algumas questões que podem contribuir para a ponderação sobre o assunto. O terceiro, enfim, faz alusão a alguns desafios no desenrolar dessa controversa relação. Tais autocríticas, questões e desafios – notará o leitor – são certamente incipientes, mas nem por isso podem ser considerados irrelevantes, pois cumprem suficientemente com a finalidade para eles aqui reservadas.

O referencial teórico a embasar este texto é a Teoria Crítica da Sociedade (Escola de Frankfurt) marcada pela articulação entre os pensamentos marxista e freudiano, constituindo uma proposta transdisciplinar de estudo do mundo contemporâneo. Por este viés, valoriza-se a Psicologia Social com perspectiva crítica, plural e transdisciplinar.

1 CRÍTICA E AUTOCRÍTICA COMO PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida para pensar os posicionamentos históricos da psicologia se coloca por meio da interessante análise empreendida pelo sociólogo Richard Sennett (1998). Ele identifica, no curso da modernidade, uma superposição do privado em prejuízo do público. Este é, segundo o autor, um legado do século XIX que se estendeu pelo século XX, intensificando-se. A psicologia prestou a isso sua contribuição, ao colaborar com uma visão intimista em detrimento do domínio público (SENNETT, 1998).

O sociólogo critica a psicologia e sua consequente inserção na vida moderna ao examinar o modo como a *psique* é entendida e tratada, tornada alheia às condições sociais e ambientais, como se tivesse em si uma vida interior independente. Deflagrou-se, com isso, no percurso histórico moderno, uma crença ainda bastante presente na atualidade, que entende e acredita nesta *psique* como algo a ser protegido e, assim, isolado, não sendo, portanto, exposta

à realidade do mundo. Deste modo, "O eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo" (Ibidem, p. 16).

Neste passo, o autor admoesta que o individualismo próprio de nosso tempo contou com as participações da psicologia e da psicanálise, uma vez que estes saberes contribuíram para haver, na história recente e na atualidade, um grande número de pessoas tão somente preocupadas com suas próprias vidas, seus sentimentos e emoções privadas. Como se dessa forma pudessem viver de maneira mais racional e acabada, estando assim livres e disponíveis. No entanto, nisso, em lugar de libertação, localiza uma espécie de armadilha (Ibidem, 1998).

Richard Sennett avalia que "Foi a geração nascida após a Segunda Guerra Mundial que se voltou para dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. É nessa mesma geração que se operou a maior parte da destruição física do domínio público" (Ibidem, p. 30). Chama a atenção para o que se tornou lugar comum em nosso modo de conduzir a vida, notando nisto "[...] sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada [que] ficaram por muito tempo incubados (Ibidem, 1998, p. 30).

Prossegue, assinalando que tais mudanças se deram através de um processo de modificações socioculturais intensificadas a partir do século XIX e aprofundadas durante o século XX, o que culminou na formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista (Ibidem, 1998).

Assim como Sennet, outro autor, este agora filósofo, e também importante referência no campo da sociologia, o francês Gilles Lipovetsky, também tece contundentes críticas à psicologia. Segundo ele, ao final do século XX, não temos mais, predominantemente, o homem político, mas o psicológico; uma vez que este se mantém interessado e concentrado em si próprio e no seu deleite. Nisto, o viver para si mesmo, despreocupado com as memórias (tradições) e com o porvir vincula-se com a renúncia à história, aos valores e às composições sociais. O pensador avalia que o Eu se tornou o centro do mundo, em uma operação da qual participam os diversos saberes e técnicas psi; restando assim o conhecimento de si posto acima do reconhecimento do outro (LIPOVETSKY, 2005).

Para o filósofo, ao longo do século XX e, sobretudo, em suas últimas décadas, há um processo de personalização, que envolve e move todas as frentes. Deste, fazem parte as teorias e técnicas psicoterapêuticas, configurando-se, por este motivo, como um elemento a mais possibilitado e investido por sua inserção neste contexto. Conforme o próprio:

> Atualmente todas as esferas são anexadas cada vez mais depressa por um processo de personalização multiforme. Na ordem psicoterapêutica surgiram novas técnicas (análise transacional, grito primal, bioenergia) que dão mais audácia ainda à personalização psicanalítica, julgada "intelectualista" demais; dar prioridade aos tratamentos rápidos, às terapias "humanistas" de grupo, à liberação direta do sentimento, das emoções e das energias corporais: a sedução investiu em todos os pólos, desde o *software* até a catarse "primitiva" (LIPOVETSKY, 2005, p. 5).

Nesta direção, o interesse focado em si mesmo, limitando-se ao privado, anda de mãos dadas com o desinteresse pelo público – o que é social fica, então, desligado. Para o pensador, é esta a era psi, na qual há um interesse em demasia pelo próprio bem-estar em prejuízo dos valores coletivos:

> Em um sistema organizado de acordo com o princípio de isolamento "suave", os ideais e valores públicos não podem deixar de enfraquecer, permanecendo apenas a busca do ego e do próprio interesse, o êxtase da libertação "pessoal", a obsessão do corpo e do sexo: hiperinvestimento do privado e, conseqüentemente, desmobilização do espaço público. Com a sociabilidade autoclave começa a desmotivação generalizada, o retraimento da autarcia ilustrado pela paixão de consumir, mas também pela popularidade da psicanálise e das técnicas de relacionamento: quando o social é desativado, o desejo, o prazer e a comunicação se transformam nos únicos "valores" e os psi, nos grandes pregadores do deserto. A era psi começa com a deserção de massa e a libido é um fluxo do deserto (Ibidem, p. 25).

De modo semelhante às duas análises precedentes, o psicólogo inglês Nikolas Rose, por sua vez, argumenta que a psicologia se construiu, ao longo do século XX, como uma ciência social, pois colaborou na construção do tipo de sociedade própria desse período histórico. Segundo ele, ocorreu uma psicologização dos modos de vida, tanto coletiva quanto individual. A linguagem psicológica ganhou força e tornou-se de uso comum nos mais diversos lugares. A psicologia forjou-se como um saber técnico utilizado para a administração de pessoas e grupos, regulando as condutas, localizando a subjetividade em uma "interioridade" que se tornou alvo de interesses e normatizações. Colocou-se, assim, a serviço de uma construção normativa dos indivíduos em vista das instituições, conforme seu comentário:

> Para os psicólogos a norma não foi derivada de nenhum conhecimento do funcionamento orgânico da mente humana, como foram as normas da medicina em relação à regulamentação do corpo. As normas psicológicas derivam das normas requeridas pelas instituições – do sistema escolar, da indústria, das forças armadas e de todos os lugares. A forma psicológica da norma emparelha esses requerimentos com as normas de variação estatística e as leis de grandes grupos, alinhando também regras de desejo sócio-político e institucional com a demanda da teoria estatística (ROSE, 2008, p. 157).

A psicologia construiu-se, historicamente, como saber especializado na diferenciação individual. Individualização, acesso e administração do indivíduo em vista da mensuração das capacidades psicológicas espalham-se em direção à personalidade para além do intelecto, na tentativa de administrar os indivíduos no que se refere às suas diferenças. Com isso, pode-se afirmar que se forja a psicologia como uma competência para a identificação das diferenças individuais. Foi assim, como uma técnica de individualização, que a psicologia encontrou seu lugar em meio às práticas de regulamentação (ibidem, 2008, p. 158).

Nikolas Rose aponta, entretanto, que, na atualidade, parece que a psicologia vem perdendo o lugar hegemônico que ocupou em relação à explicação e regulação da vida, tendo em vista o avanço das ciências biológicas, que têm por primazia o corpo, fortalecendo uma subjetividade localizada no cérebro. Este observação é, certamente, muitíssimo interessante e, por isso mesmo, vale à pena ser colocada. Por se tratar, contudo, de tema que comporta grande complexidade e importância, não cabe neste artigo ir além em sua abordagem[3].

Ao levar em consideração estas críticas, é possível pensar, por exemplo, numa dificuldade que aparece, frequentemente, ainda hoje, em relação a vários profissionais da psicologia e se estende àqueles aspirantes ao seu exercício profissional: a tendência para olhar o indivíduo como *descolado* de seu contexto. Torna-se, por isso, fundamental e sempre necessário, considerar as condições socioculturais nas quais este está inserido e da qual é, não só parte, mais que isso, expressão. Para assim ter como relevante cuidar para que a compreensão da psicologia não seja alheia às tramas que engendram situações, conflitos, sofrimentos. Condições socioculturais estas que são brevemente analisadas a seguir.

2 UM NECESSÁRIO OLHAR PARA NOSSO TEMPO

A partir daí, ao considerar nosso passado longínquo e recente e, sobretudo, nosso presente, o tema dos direitos humanos destaca-se como relevante para o pensar e o fazer da psicologia. No Brasil, esta questão tornou-se notória através dos movimentos sociais e políticos que combateram a ditadura militar (1964-1985). Este regime violento e algoz tinha nos direitos humanos um "palavrão", algo inaceitável para os ditadores, seus comparsas e aliados. A ele deram e disseminaram um significado grosseiro. De tal modo, que insistiram

[3] Ao leitor que pretenda explorar tal questão, cf. ROSE, Nikolas. **Psicologia como uma ciência social.** Revista Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 155-164, maio/agosto 2008.

com ampla rejeição ao termo na linguagem dos operadores da truculência estatal. O que, infelizmente, penetrou em grande parte da população e, ainda hoje, ouvimos aqui e acolá.

Voltando-se para o atual contexto, convém indagar: não vivemos, neste momento da história, uma forma de dominação, de algum modo, também violenta? Como então? Através da imposição do capital travestido de modo sedutor como o único modo possível e viável de existência, estruturação e funcionamento da sociedade. Neste, o dinheiro e o lucro prevalecem – donde arranjos e esquemas para aumentá-los.

Olgária Matos traça uma consistente caracterização de nossa época ao seguir a interpretação de Walter Benjamin, o que, segundo ela, se dá em termos weberianos. A filósofa comenta que o pensador alemão, em sua análise, dedica atenção ao par designado como civilização-modernização que

> [...] implica, a um só tempo, cientificismo e adesão acrítica à ciência e suas práticas; endosso da idéia de progresso linear e contínuo; redimensionamento da razão em sentido tecnológico, abrangendo a economia e a política (decisões políticas passam por decisões "técnicas"); ativismo, isto é, exaltação da ação pela ação e o conseqüente abandono do ideal de reflexão, contemplação e autonomia do pensamento; exaltação do mercado como sucedâneo da busca de felicidade. A assimilação dos valores de consumo e a aquisição de bens materiais pela sociedade de massa constituem um poderoso redutor do dinamismo do pensamento (MATOS, 2006, p. 68).

O capital com sua ideologia penetra os mais diversificados espaços sociais; dissemina uma linguagem peculiar, produzindo subjetividade(s). Encontra-se, pois, presente, a imposição do mercado como regulador da vida social. Ao reger estilos, modismos e visar à transformação de tudo em mercadoria, deixa um rastro de segregação, competição e desconfiança. Neste quadro, impõe-se um modelo no qual a economia se coloca à frente e dita nosso modo de viver. Economia da exploração do homem pelo homem e do abuso irresponsável dos recursos naturais. Tal condição pode ser assim entendida: "Esse é o espírito de nossa época que se ancora no espírito do capitalismo [...]" (SOARES; EWALD, 2010, p. 168).

Este processo econômico-político-social gera inúmeras negligências e descasos com relação à adoção de políticas públicas eficazes, por exemplo, em relação à educação e à saúde, impedindo ou dificultando a qualidade social desses serviços essenciais para qualquer sociedade, levando a enormes prejuízos, sobretudo, para os mais vulneráveis e desprotegidos, ou seja, os empobrecidos. Decorre daí que o debate sobre os direitos humanos, hoje, deve provoca-nos a discutir – por extensão – os direitos da Terra.

O modo de ser e viver *posto, proposto e, de certo modo, imposto,* na atualidade, pelo capitalismo – que marcha e avança agressivamente – tem vários nomes. Um dos mais importantes e conhecidos é globalização, no dizer de Zygmunt Bauman: "globalização negativa" (BAUMAN, 2007). Impregnando-se, esta ideologia absorve os mais diversos espaços, controlando a linguagem, os projetos, as práticas na política, na ciência, na educação, na saúde, no esporte, na religião etc. Espalham-se, com isso, modos de normatização-normalização das concepções e condições de vida. Há uma atmosfera social, pode-se afirmar, tão absorta nesta modalidade ideológica que produz nocivos efeitos sobre o modo de vida:

> O sistema capitalista ao professar a escolha, a "liberdade", a felicidade, a mobilidade e o hiperconsumo de coisas banais, indica a ideia de devemos ser rasos, sem a necessidade de nos aprofundarmos nos eventos que emergem a consciência, sendo permitido fluidez, dentro disso afirma que evoluímos e que o progresso é o caminho único para a humanidade (BORBA, 2013, p. 368).

Uma das marcas mais profundas e evidentes, facilmente observável na atualidade, é a desigualdade, valendo por isso o alerta feito pelo historiador inglês Tony Judt sobre este mal, que "[...] conduz a problemas sociais patológicos que só podemos resolver se lidarmos com sua causa subjacente" (JUDT, 2010, p. 29). O historiador sinaliza os efeitos nocivos que a desigualdade provoca com consequente agravamento dos problemas sociais:

> A desigualdade é corrosiva. Faz com que as sociedades apodreçam por dentro. O impacto das diferenças materiais exige algum tempo para se manifestar, mas aos poucos a competição por status e bens aumenta; as pessoas desenvolvem uma sensação de superioridade (ou inferioridade) baseada em seu patrimônio; cresce o preconceito contra os que ocupam os patamares inferiores da pirâmide social; o crime se agrava e as patologias ligadas à desigualdade social se destacam ainda mais. O legado da acumulação desregulada da riqueza sem dúvida é amargo (JUDT, 2011, p. 30).

Neste passo, este autor defende, sem meias palavras, o quão fundamental se torna lutar para que se concretize no mundo um efetivo combate às desigualdades, levando à sua progressiva diminuição: "As reduções da desigualdade são cumulativas: quanto mais nos tornamos iguais, mais acreditamos que a igualdade seja possível" (JUDT, 2011, p. 32). Nisto, lança indagações importantes que merecem ênfase: "Por que encontramos tanta dificuldade até para *imaginar* um tipo diferente de sociedade? Por que está além de nossa capacidade conceber um conjunto diferente de disposições para o benefício comum?" (JUDT, 2011, p. 43). Deste modo, considera que analisar criticamente a sociedade e agir é algo imperioso e

que, sugere, deve nos ser caro: "Como cidadãos de uma sociedade livre, temos o dever de analisar criticamente nosso mundo. Mas, se acreditamos saber o que está errado, devemos *agir* a partir desse conhecimento" (JUDT, 2011, p. 212).

A este propósito, ao estudar a importância da afetividade para o processo de transformação social, donde põe em destaque a necessária construção de espaços sociais que constituam a subjetividade como geradora do fortalecimento da individualidade e da sociabilidade, o psicólogo Israel Rocha Brandão atesta-nos que urge discutir e criar meios de mudança da sociedade e da cultura em suas estruturas, uma vez que os discursos e os fazeres encontram-se fundamentalmente localizados dentro destas, como sugere no trecho em destaque:

> Não é possível realizar qualquer reflexão sobre a questão da transformação social sem remetê-la ao exame de um contexto mais amplo, que se refere ao modo como se estrutura a sociedade atual, uma vez que esta estruturação é determinante para que se compreendam com profundidade expressões humanas tão relevantes, como movimentos sociais e organizações civis (BRANDÃO, 2012, p. 13).

3 QUESTÕES INCÔMODAS

Cabe, neste ponto, interligando as análises dos estudiosos mencionados ao panorama atual, lançar para quem atua com a psicologia e/ou a estuda, diversas perguntas passíveis de provocar reflexões sobre as posições que ocupa, bem como suas atuações frente aos direitos humanos.

Os saberes, que produz e utiliza, atentam-se e voltam-se para a promoção da vida, da justiça, da paz, dos direitos? Colocam-se ao lado daqueles que mais sofrem e carregam em si as marcas de uma sociedade desigual e tantas vezes brutal? Estes saberes se assentam no lugar de observadores da realidade subjetiva como algo em suspenso, como descolado das tramas sócio-históricas ou não? As psicologias têm se posicionado em favor de uma sociedade e mundo melhores? Suas práticas têm sido pautadas em intervenções na direção da construção de melhores condições de vida? Têm lutado pela dignidade e respeitabilidade devida aos mais fragilizados ou vulneráveis? Exemplos: comunidades que sofrem com a falta de serviços públicos de qualidade; a população que está morando nas ruas; os dependentes químicos; mulheres, crianças e idosos vítimas da violência; a população encarcerada em condições degradantes e desumanas etc.

As práticas levadas a cabo na psicologia são potencializadoras de uma sociedade diferente, valorizando a dimensão político-transformadora, ou, ao contrário, são encaradas como modalidades de cura para males individuais? Os saberes aos quais se recorre ou que aí são produzidos encaram o ser humano como produto e produtor da sociedade ou tendem a encará-lo como indivíduo isolado e que apenas sofre influências do ambiente? Há predominância de um conceito intimista da psicologia ou ela é entendida e conduzida como um saber e uma prática potencialmente transformadores em dupla dimensão: social e individual?

Estas perguntas podem ser incômodas, estando destinadas, portanto, a lançar provocações. Se alcançarem este lugar terão valido à pena. Estão aqui para acender uma avaliação, uma parada para pensar o modo como a psicologia é entendida e praticada e, assim, incitar, talvez, a rever muitas das posições nela sedimentadas.

Frente aos problemas da atualidade, importa a cada um o *autoexame* sobre até que ponto encontra-se atingido pelo descompromisso, pela passividade e pela indiferença. Cada pessoa pode se pôr a perguntar: "O que quero e o que pretendo?"; "Sou movido pela tirania da visibilidade?"; "Pelo saber-poder[4], ou, por que outro motivo?"; "Afinal, qual é a psicologia em que acredito e aposto?"; "Qual é a psicologia na qual invisto e da qual me revisto?"; "Será aquela que, em sua fundamentação, em seu discurso e prática seja subserviente, conformada e conformista, adaptada e adaptadora, ou, de maneira radicalmente oposta, a que seja subversiva, inconformada, transformadora e utópica?"

Questões estas que podem nos dispor a exercitar a interrogação de modelos e práticas ainda muito marcantes e que trabalham a partir da lógica da "adaptação" e do "ajustamento"; mas, não só, questões que também podem nos por a exercitar o *autoquestionamento*, implicando-nos naquilo que estamos a escolher, a saber e a fazer.

4 DESAFIOS

Seguindo por este modo de refletir tal problema, convém afirmar a importância que tem para a psicologia estudar os complexos processos socioculturais que envolvem os indivíduos e que sobre estes exercem poder de modo a constituí-los. Acerca disso, a partir de uma análise

[4] Expressão esta inspirada no pensamento de Michel Foucault, pensador que desenha a tríade: saber – poder – subjetividade. Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (1979). Versão eletrônica disponível em pdf, com organização, introdução e revisão técnica do professor Roberto Cabral de Melo Machado (UFRJ).

embasada no pensamento de Theodor Adorno, a psicóloga Paula Oliveira chama a atenção para processos presentes em nossa realidade, ora assim denominados: a perda da individualidade, a despolitização e a alienação social: "[...] a questão do indivíduo é muito mais complexa e eminentemente ético-política, embora seja também psicológica. Quanto maior o grau de alienação social, menor será o desenvolvimento das individualidades" (OLIVEIRA, 2005, p. 52).

O primeiro desafio e, talvez hoje o principal, seja cuidar para que a nossa visão e o nosso trabalho não se acomodem à perspectiva mercadológica, pois assim, o que se pensa e faz já estará, *a priori,* embaçado, impossibilitando enxergar de forma diferente o que está diante dos olhos. A partir desse ponto de vista, é parte de nossa tarefa marcar uma posição crítica em face do deslumbramento com a riqueza e com o acúmulo de bens. E, assim, contrários à "produção a pleno vapor" de abismos em que uns têm muito e querem ter mais, enquanto que, muitos outros, pouco ou nada têm e, irracionalmente, também querem mais e sonham com a vida dos primeiros, terminando por investir nisso seu tempo e energia.

Entende-se aqui, dentre outras tarefas, que, ao profissional da psicologia, compete pensar sobre o mundo e os complexos mecanismos de produção subjetiva. Tornando-se, assim, junto com outros saberes, alguém que reflete e tem seu trabalho como uma permanente atitude de pensar. Quanto a isto, vale tomar emprestada uma indicação que Herbert Marcuse faz para o trabalho da filosofia, no que considera como tarefa ou atitude do pensador: "[...] compreender o mundo em que eles [os indivíduos] vivem – entendê-lo em têrmos do que ele tenha feito ao homem e do que pode fazer ao homem" (MARCUSE, 1973, p. 174). O pensador alemão destaca que há uma mediação social linguística que não convém deixar de lado em nosso estudo e trabalho: "[...] o particular e pessoal é mediado pelo material linguístico disponível, que é material social" (MARCUSE, 1973, p. 183).

Para promover mudanças no modo de pensar, então, torna-se necessário atentar-se para a linguagem, para o que ela comunica e produz, pois, como também atesta Tony Judt, esta é fundamental: **"**Se não houver mudança no jeito de falar, não conseguiremos mudar o modo de pensar" (JUDT, 2011, p. 159).

Outro desafio que se encontra diante dos profissionais da psicologia é ter posicionamento crítico frente aos problemas que assolam a sociedade. E, assim, encontrar neste saber uma forma de pensar o mundo (dentre outras também importantes), pondo-a em contato, em diálogo com outros saberes. E assim atuar de modo a tornar o mundo melhor. Ter, neste passo, disposição individual e coletiva, movendo-se dentro da realidade, aspirando pelo

mundo como um bom lugar para viver. Isto requer empenho na defesa da vida ao trilhar um caminho de luta pelo bem coletivo, pelo bem comum.

Diante desse tempo marcado por desigualdade, violência, resignação. Tempo produtor de sujeitos-padrão, apesar da diversidade de estilos, outro desafio e, ao mesmo tempo, tarefa da psicologia, é estar comprometida com a promoção da igualdade, da paz, e da justiça; comprometida, enfim, eticamente, com o humano.

Nesta perspectiva, ao enfrentar com coragem o *autoquestionamento*, possivelmente se descobrirá que, se não for pelo bem do outro, entrelaçado ao próprio bem; se não for pelo bem da humanidade, revestido de compromisso ético-político; não obstante todas as limitações, não valerá à pena. Com efeito, ao estudar psicologia será valioso permitir, como sugere o psicólogo Jorge Coelho Soares (2010), que aflorem inquietudes da razão e da emoção.

Cabe, com isso, uma reflexão acerca das motivações e também das consequências do que pensamos, sentimos, queremos, planejamos e fazemos. Para além, bem além de apenas uma ciência, uma técnica ou profissão, que a psicologia pulse e funcione como uma empatia e um cuidado pelo outro.

Nisto a escuta é vital, pois saber ouvir é uma virtude que potencializa a abertura do outro e sua capacidade de comunicação, como insinua Rubem Alves: "O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: 'Se eu fosse você...'" (ALVES, 2009, p. 21). Ele continua: "A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina" (ALVES, 2009, p. 23). A escuta, meio fundamental pelo qual se dá a atuação, precisa ser encarada como uma relação concreta provida de compromisso ético-político:

> [...] a Psicologia lida com a escuta. A escuta do outro em seu sofrimento psíquico. Para isso há que se dispor o tempo para outrem. Mas mesmo que este outro não seja um único indivíduo que esteja num face a face com o profissional psicólogo, mesmo que seja um grupo ou a comunidade como coletivo de pessoas, ele não é uma abstração (FREIRE; BLEICHER, 2013, p. 236).

5 PRÁTICA PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Atento aos problemas e dificuldades presentes em meio à produção de saberes e práticas em psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da sua Comissão Nacional

de Direitos Humanos, publicou uma cartilha intitulada: *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*[5]. Tal publicação, passados alguns anos, permanece atual, merecendo ser conhecida e lida pelos profissionais e estudantes de psicologia.

Apresenta-se como subsídio de caráter crítico em relação à construção da cultura que, em sua realidade estrutural, insiste em negar a legitimidade do acesso aos direitos essenciais para condições mais dignas de existência. Tais discussões devem ser travadas tanto em relação ao que promovem quanto em relação ao que viola tais direitos. Há , nisto, elementos de uma subjetividade social que não podem ser deixados de lado. Atitudes, sentimentos, ideias e valores que, movendo-se para uma ou para outra direção, podem fazer enorme diferença. Aos psicólogos urge a tarefa de envolvimento nas lutas que se travam na sociedade, como também o desvendamento dos mecanismos subjetivos a partir dos quais se produzem as legitimações e violações de práticas favoráveis ou contrárias ao avanço dos humanos direitos (SILVA, 2003).

Cabe-nos olhar com estranheza e questionar os saberes e práticas em ciência, especialmente aqueles praticados no âmbito da psicologia, que insistem em se colocar como supostamente neutros. Algo notável na história da psicologia científica desde o seu início e que serviu de base para o desenvolvimento de dizeres e fazeres comprometidos ideologicamente. Compromissos estes gerados em meio ao contexto de avanço do capitalismo, em uma sociedade que se acostumou a tomar por natural a divisão classista e, assim, a produção de desigualdades notórias e nocivas.

Tendo-se feito como parte do aparato discursivo ideológico que justificava e naturalizava a disparidade social, acabou por deter sua explicação no âmbito da desigualdade como impulsionada por questões localizadas no nível do indivíduo. Nisto, serviram como aparelhos os mais variados tipos de testagens e avaliações psicológicas, contribuindo, assim, com um modo próprio de olhar o mundo que, em lugar de querer mudá-lo, passou a colaborar com sua manutenção e até mesmo fortalecimento. Convém, por isso mesmo, atenção redobrada, atualmente, com tais discursos, fixados e limitados tão somente ao plano do indivíduo. Estes não são capazes de reconhecer as precariedades e absurdos provenientes das

[5] A cartilha foi publicada em agosto de 2003, com o objetivo de prestar uma contribuição ao esclarecimento das ligações que existem nesta relação psicologia e direitos humanos. Para isso, foi organizada como um trabalho coletivo, posicionando-se em direção da promoção de uma cultura dos direitos humanos, cujo alcance seria a elevação do patamar ético pelo qual devem se pautar os profissionais desta ciência e profissão e, também, mais amplamente, os cidadãos. Tal material se formou em torno deste tema central, lançando mão de reflexões específicas quanto à atuação da psicologia em relação aos direitos humanos, sempre vinculadas e inspiradas neste tema central, abordando assim as seguintes áreas: jurídica; clínica; educação; trabalho; saúde; prática de avaliação e relações raciais. Cada uma destas reflexões foi escrita por um autor diferente, especialmente convidado para tal. O material, formatado em textos breves, procurou desvelar a importância das discussões acerca da atuação psicológica em relação aos direitos humanos frente aos desafios e demandas impostos em cada uma dessas áreas.

tomadas de decisão no campo da política que incidem diretamente sobre a realidade, prejudicando, obviamente, aqueles que já se encontram em situação desfavorável. Para uma psicologia portadora de compromisso ético-político, convém transitar em direção contrária, encontrando, neste ponto, algumas possibilidades, que, conforme Maria Helena Souza Patto, assim podemos compreender:

> Quanto às possibilidades de uma Psicologia na contramão da mera adaptação ao existente, há que se levar em conta: 1) os limites historicamente postos à mudança, sem cair na impotência, pois a Psicologia pode ir muito mais longe do que tem ido no objetivo de colaborar para a redução da desigualdade, mas sem cair na onipotência de querer aboli-la por meio de sua prática profissional; 2) a relevância da crítica epistemológica e ético-política de teorias e técnicas que trazem em seu cerne o elogio do conformismo; 3) a importância de estudar teorias da psique atentas às forças sociais presentes nos processos psíquicos os mais profundos do indivíduo; 4) o domínio de práticas profissionais que não sejam receitas, mas regidas pelo princípio do resgate à condição de sujeitos dos indivíduos que são objeto de pesquisa e de ação profissional dos psicólogos (PATTO, 2003, p. 15).

Fortalecer e fazer acontecer, cotidianamente, uma psicologia crítica em todos os sentidos e em todos os espaços é algo que podemos e devemos construir com a participação e contribuição de cada um individualmente. Mas, sobretudo, de maneira coesa, em espaços, grupos ou coletivos que pensem, discutam e atuem juntos. Neste sentido, o psicólogo se reconhece como um intelectual transformador a provocar e intervir por mudanças pessoais/sociais.

Atualmente, deparamo-nos com inúmeros casos que provocam de forma direta e brutal a violação dos direitos humanos. Em tempos de capitalismo cuja hegemonia do mercado é tida por muitos como absolutamente *"natural"*, uma inquietação necessária deve-se dar em relação ao valor do humano.

> Não é fácil, para o psicólogo, se posicionar diante da complexidade dessas questões, principalmente quando se tem a pressioná-lo um mercado de trabalho restrito e precário e o predomínio, nas atividades científicas, da razão instrumental. Por outro lado, a não ser que se defina como uma disciplina irrelevante ou apenas adaptativa, a Psicologia não pode ignorar as questões ensejadas pelo tempo presente, nem reduzir a realidade subjetiva às condições de sua gestão técnica, nos moldes da Medicina Mental (ARANTES, 2003, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trilhar de nossos passos, de início, no meio e ao fim, o que afinal pretendemos: perpetuar uma psicologia acrítica e adaptativa ou encarar o desafio de fortalecer a promoção de uma psicologia crítica e transformadora?

A ciência e profissão que se posiciona como parceira e defensora dos direitos humanos convém concretizar-se como saber e prática em sentido crítico e transformador que requer compromisso ético-político e teórico-metodológico que se vale do olhar, da escuta e da palavra. Um olhar que seja crítico; uma escuta que se faça ativa; e uma palavra potencialmente transformadora.

O olhar que busca entender; que procura as condições reais da vida, arguindo suas incoerências e contradições. O escutar ativo, que, acolhedor e atento, torna-se aberto às surpresas que vêm do outro, com sua narrativa, angústias, dores, sofrimentos, percalços, desejos, potencialidades e possibilidades. A palavra transformadora que, como se fosse arte, significa expressar-se com confiança e firmeza e, ao mesmo tempo, com ternura e cuidado, possibilitando ao que, por um instante ouve, rever(-se), repensar(-se), reposicionar(-se) frente às limitações, adversidades e possibilidades.

Este modo de atuar pode permear os mais diversos fazeres em psicologia de acordo com as especificidades de cada um deles. Pode se dar em projetos sociocomunitários, no âmbito escolar, em processos grupais os mais variados, na clínica etc.

A este propósito, os psicólogos e psicólogas podem ser, cada vez mais, pessoas inconformadas com o mundo, ardentes defensores dos direitos humanos. Inconformados, antes de qualquer outra coisa, com a lógica mercantil que tem tomado conta dos diversos espaços sociais, perpetuando a desigualdade. Lógica esta perversa que supõe e impõe o viver como ter e induz ao consumismo, o que nas palavras de Jorge Coelho Soares e Ariane Ewald, "[...] representa hoje a face visível de um conflito mais ou menos velado entre o que se poderia denominar cultura do ter e cultura do ser" (SOARES; EWALD, 2004, p. 1).

Diante do contexto atual, que haja ânimo mútuo. Aqui, convém destacar o que fez o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), que adotou uma máxima a partir das palavras do escritor francês Romain Rolland (1866-1944), pela qual sugere: "o pessimismo da razão e o otimismo da vontade"[6]. O que pode nos servir de farol para pensar criticamente a sociedade e, com entusiasmo, reunir forças e arregaçar as mangas a fim de contribuir com as mudanças possíveis e necessárias.

[6] Cf. MÉSZÁROS, 2007, p. 23.

A inserção cada vez mais comprometida com a defesa dos direitos humanos faz jus a ser marca nítida do pensamento que sustenta e pelo qual se dá o trabalho psicológico. Torna-se por isso fundamental promover o pensar como um constante exercício através do qual vale a pena seguir, no qual vale a pena investir:

> Uma pessoa pode ouvir frases que são em si mesmas verdadeiras, mas só perceberá sua verdade na medida em que está pensando e continua a pensar, ao ouvi-las.
> [...] não estar pronto e acabado e saber que não está é o traço característico daquele pensamento e precisamente daquele pensamento com o qual vale a pena morrer (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 228).

PSYCHOLOGY AND HUMAN RIGHTS: AUTOCRITICISM, QUESTIONS AND CHALLENGES

Abstract: This article discusses the important relationship between psychology and human rights, aiming at provoking reflection and inciting debates on such a relevant topic. It is directed, above all, to psychologists and psychology students, and it is organized from three aspects: self-criticism, questions and challenges. The theoretical framework in which it underlies is the Critical Theory of Society (Frankfurt School). It deals with certain concept and yet intimate understanding of psychology to the detriment of their understanding and conduct as knowledge and practice which can transform in two dimensions: social and individual. It is argued that, as a science and profession involved with human rights, it should be achieved and expanded as knowledge and practice in a critical-transformer sense, which requires ethical-political and theoretical-methodological commitment.

Keywords: Psychology. Human Rights. Critical Theory. Professional Practice. Ethics.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, Rubem. **Amor**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2009.

ANDRADE, Fernando Teixeira. **O Medo:** o maior gigante da alma. s/e, s/d. Disponível em: <http://www.rosangelaliberti.recantodasletras.com.br/blog.php?idb=13394>. Acesso em: 22 março. 2015.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Direitos humanos e a atuação na avaliação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos.** Brasília, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs). **Educação em direitos humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 335-350.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. Direitos humanos no ensino de Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, Brasília/DF, v. 1, n. 2, p. 97-115. 2010.

BORBA, Jean Marlos Pinheiro. A "autoajuda" no espaço de consumo virtual: estratégia capitalista para captura da subjetividade via compressão do tempo. In: EWALD, Ariane P.; SOARES, Jorge Coelho; SEVERIANO, Maria de Fátima; AQUINO, Cássio Braz de (orgs). **Tempo e subjetividades:** perspectivas plurais. Rio de Janeiro: 7Letras: Pequeno Gesto, 2013.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e transformação social:** sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Sobral/CE: Edições Universitárias, 2012.

EWALD, Ariane P. **Reflexões à sombra de Adorno:** cultura do consumo, vazio existencial e sofrimento psíquico. Nomadas, Revista Crítica de Ciências Sociales y Jurídicas, Universidade Complutense de Madrid, Madri/Espanha, Número Especial: monográficos (MA.O) Theodor W. Adorno (1903-2003), p. 1-12, 2004. Disponível em: <http://www.existencialismo.uerj.br/pdf/Nomadas.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** (1979). Versão digital. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Cabral de Melo Machado (UFRJ). Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

FREIRE, José Célio; BLEICHER, Taís. Ainda ter (ser no) tempo: exigência ética da temporalidade que me vem de outrem. In: EWALD, Ariane P.; SOARES, Jorge Coelho; SEVERIANO, Maria de Fátima; AQUINO, Cássio Braz de (orgs.). **Tempo e subjetividades:** perspectivas plurais. Rio de Janeiro: 7Letras: Pequeno Gesto, 2013.

JUDT, Tony. **O mal ronda a Terra:** um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio:** ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MATOS, Olgária. **Discretas esperanças:** reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Paula Campolina. O sujeito psicológico em Adorno. **Paidéia, Revista do Curso de Pedagogia da Universidade FUMEC,** n. 3, p. 47-62. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, França, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

PATTO, Maria Helena de Souza. Direitos humanos e a atuação na educação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos.** Brasília, 2003.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. **Revista Psicologia & Sociedade,** , v. 20, n. 2, p. 155-164. 2008.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos.** Brasília, 2003.

SOARES, Jorge Coelho. Introdução. In: _____ (organizador). **Escola de Frankfurt:** inquietudes da razão e da emoção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SOARES, Jorge Coelho; EWALD, Ariane P. Utopia com desencanto: reflexões sobre a vida trêmula na hipermodernidade. In: SOARES, Jorge Coelho (org.). **Escola de Frankfurt:** inquietudes da razão e da emoção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.